



# RESISTÊNCIA ARGENTINA À CONSOLIDAÇÃO DE UM SISTEMA DE PODER NA AMÉRICA SOB A HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS

*Ceres Moraes*

Mestra em História Ibero-Americana e  
professora da UFMS/Dourados

A implantação do sistema de poder na América sob a hegemonia dos Estados Unidos da América do Norte não resultou de um processo simples e tranquilo. A Argentina, que historicamente sempre esteve ligada ao capital inglês e desde o final do século passado mantinha certo atrito com os Estados Unidos, ao mesmo tempo que mantinha grande influência sobre a região Platina, resistiu por longo tempo ao predomínio norte-americano. Em função de sua posição e política externa sofreu durante vários anos intensa pressão diplomática e boicote econômico. Finalmente, na década de 50, enfrentando graves problemas econômicos e crise na política interna, viu-se obrigada a aceitar incondicionalmente o predomínio norte-americano.

Palavras-chave: Argentina; América; sistema de poder.

---

*The implantation of the power system in America under the hegemony of the United States of America has not derived from a simple and tranquil process. Argentina, that has been historically connected to the English capital and since from the end of the past century maintained a certain attrition with the United States and at the same time maintained a great influence over the Platina region, resisted for a long time under the North American supremacy. In view of its outer politics it experienced for several years an intense diplomatic pression and economical boycott. Finally at 50's, facing serious economical problems and a crisis in the inner politics, Argentine was obliged to unconditionally accept the North American supremacy*

*Keywords: Argentina; America; power system*

---

**A** implantação do sistema de poder na América, sob a hegemonia dos Estados Unidos, não foi um processo simples e tranquilo, resultante do desejo dos países latino-americanos e com a aceitação imediata de todos. A consolidação do sistema de poder norte-americano em nosso continente foi um processo conflituoso, de enfrentamentos e pressão da nação mais poderosa e suas aliadas sobre as demais. Se em alguns países houve aceitação sem maiores embates com os norte-americanos, em outros ela resultou do enfraquecimento da nação recalcitrante em consequência da pressão diplomática e até mesmo de boicote econômico, tendo essas nações sido submetidas à hegemonia norte-americana, como foi o caso da Argentina.

Para a implantação do pan-americanismo, num momento em que havia grandes resistências a ele e os Estados Unidos ainda não haviam superado totalmente o período de depressão resultante da grande crise econômica de 29, e quando outras grandes potências disputavam o mercado latino-americano, foi decisivo o advento da 2ª grande guerra mundial.

Nesse sentido, afirma o historiador argentino Mário Rapoport:

*El estallido de la conflagración dió a Estados Unidos una oportunidad inmejorable para consolidar el denominado 'sistema panamericano', objetivo principal de la política del 'buen vecino' inaugurada por el presidente Roosevelt en la década de 1930. La guerra fue el mejor argumento con que contó ese país para que su influencia económica creciente sobre América Latina adquiriera también un carácter político y militar* (RAPOPORT, 1980, p. 37-38).

A história dos Estados Unidos da América do Norte está marcada por guerras providenciais que lhe possibilitaram superar suas maiores crises e dar início a períodos de grande crescimento econômico, poder político e de influência sobre outras nações. Foi assim com a “Guerra da Secessão”, quando o norte capitalista submeteu o sul agrário, monocultor e escravista. Com a 1ª e 2ª Guerras Mundiais, de onde emergiu como potência capitalista hegemônica do mundo ocidental. E com a “Guerra do Iraque”, que lhe deu um novo inimigo a combater no momento em que o comunismo deixou de se constituir na grande ameaça à civilização ocidental cristã.

Apesar dos discursos sempre se referirem às repúblicas americanas como “repúblicas irmãs”, de tradicional e sólida amizade e convergência de interesses, sabe-se que, na verdade, sempre houve conflito e busca de predomínio de alguns países sobre os demais. Para verificar as diferenças de interesses e conflitos existentes na época e a dificuldade para a consolidação do sistema pan-americano, basta que sejam considerados alguns aspectos das relações entre Argentina e Estados Unidos da América do Norte e a política externa adotada pelo Brasil, no período aqui focado (décadas de 30 e 40). Se por um lado o Brasil, que até a segunda metade da década de 30 mantinha intenso comércio com a Alemanha, quando esse estado europeu, já sob o nazismo, disputava o mercado latino-americano com os Estados Unidos, a partir de 1939 definiu sua política exterior por um alinhamento com os norte-americanos. A Argentina entrou num período de profundo confronto com os Estados Unidos.

A Argentina historicamente esteve ligada ao capital inglês e desde o final do século passado mantinha certo atrito com os Estados Unidos, que disputavam mercado com a Inglaterra. As relações entre os dois países tornaram-se mais difíceis a partir de meados da década de 30 e deterioraram-se completamente na década de 40. A causa do deterioramento das relações entre os dois países foi, sem dúvida, a resistência argentina em aceitar a hegemonia norte-americana sobre a América Latina e a sua própria luta para manter sua também histórica influência sobre a região platina. Essa influência havia começado a ser ameaçada pelo crescimento econômico e bélico do Brasil, resultante em grande parte da política externa adotada desde o início do 2º conflito mundial.

No início da década de 30, mais precisamente em 1933, Argentina e Inglaterra assinaram um acordo comercial denominado *Pacto Roca-Runciman*, que garantia ao governo argentino a quota desejada de exportação de carne, em troca de enormes concessões que favoreciam os exportadores e os investidores ingleses no mercado argentino. Por outro lado, para proteger sua nascente indústria (esse é o período da industrialização por substituição de importações), a Argentina determinou a elevação de impostos sobre importação. Ou seja, ao mesmo tempo em que assinava o acordo com a Inglaterra, que determinava o fim da política de livre comércio que sempre caracterizara sua economia, passava a adotar uma política protecionista num momento de crescimento do mercado interno. Os Estados Unidos sentiram-se prejudicados pelo acordo devido à discriminação no uso das divisas e às altas tarifas aduaneiras que afetavam suas exportações. Desde que foi assinado o pacto Roca-Runciman, o governo argentino se envolveu numa batalha quase permanente com o Departamento de Estado norte-americano. Esse enfrentamento colocava-se de manifesto sobretudo nas diferentes conferências pan-americanas realizadas depois da chegada de Roosevelt à presidência dos Estados Unidos e a adoção da política de boa vizinhança, tendo alcançado seu ponto mais crítico durante a Segunda Guerra Mundial.

Nas últimas décadas, os Estados Unidos, na defesa de seus interesses na região, haviam adotado, principalmente na América Central, uma política de intervenção direta nos assuntos latino-americanos, que ficou conhecida por *big stick*. Ao iniciar a década de 30, numa conjuntura nacional e internacional completamente diferente da década anterior, o governo norte-americano mudou a orientação de sua política para a América Latina. No lugar da agressividade e da ação direta propôs a chamada “política de boa vizinhança” e a implementação do pan-americanismo. Os fins continuavam os mesmos, apenas mudava a forma de alcançá-los. Tem-se que considerar que, além da conjuntura, pesou para a mudança de atitude o fato de ser bem mais difícil aplicar a política do *big stick* na América do Sul, onde havia no mínimo dois países em condições de, com apoio de potências européias, enfrentá-los. Nesse sentido afirma Rapoport:

*No era sólo el hecho de que los estados de esta parte del continente estaban geográficamente alejados y tanto su población como sus territorios eran rela-*

*tivamente grandes, lo que podía constituir un escollo para esa intervención, sino que había que considerar también la influencia de los países europeos y especialmente de Gran Bretaña, que seguía siendo importante en estas latitudes. Una política imprudente podría provocar un enfrentamiento directo con las potencias del Viejo Mundo, bastante inoportuno en un momento en que el país del Norte aún se estaba reponiendo de la gran crisis. La política de 'buena vecindad', es decir, la construcción de un sistema panamericano bajo el liderazgo de Norte-américa, parecía ser a largo plazo la solución más inteligente... (RAPOPORT, 1980, p. 240).*

Já na Conferência Pan-americana realizada em Montevidéu, no ano de 1933, em meio às disputas pelo predomínio nas negociações para o cessar fogo na “Guerra do Chaco”, que então se desenrolava entre Paraguai e Bolívia<sup>1</sup>, ficaram claras as diferenças de interesses entre Estados Unidos e Argentina. A Conferência de Montevidéu estabeleceu a redução das barreiras aduaneiras mediante a negociação de tratados bilaterais, aplicação do princípio de igualdade de tratamento e de nação mais favorecida. Ou seja, foram estabelecidos princípios que consideravam as economias americanas como economias complementares. Porém esse não era o caso da Argentina, uma vez que seus produtos concorriam com os norte-americanos, e interesses das classes produtoras dos Estados Unidos promoviam *lobbies* para evitar, por exemplo, a importação de carne e trigo, principais produtos de exportação argentinos.

Por outro lado, o Pacto Roca-Runciman, que aplicava princípios opostos aos defendidos ou propostos pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, dificultava qualquer acordo entre os dois países. Contudo, nesta Conferência, a Argentina ainda demonstrou boa vontade para com as propostas norte-americanas, tendo o representante dos Estados Unidos, numa excelente jogada política, indicado o chanceler argentino Saavedra Lamas para o Prêmio Nobel da Paz. Mas a cordialidade e a boa vontade entre as duas nações teve curta duração. Na Conferência Interamericana para a Consolidação e Manutenção da Paz, que teve lugar em Buenos Aires em 1936, a situação mudou radicalmente.

Os Estados Unidos, através de seu representante, Cordell Hull, propuseram uma espécie de “Doutrina Monroe hemisférica”, que consistia na consulta

---

<sup>1</sup> A Argentina já havia se oposto à participação norte-americana na Conferência para Conciliação e Arbitragem de 1928. Desde o início do conflito ficou visível a disputa entre Argentina, Estados Unidos e Brasil pelo controle das negociações de paz bem como a resistência argentina à consolidação, a nível político, do sistema de poder norte-americano (SILVEIRA, 1990).

e colaboração entre todas as repúblicas americanas no caso de ameaça da paz, tanto por um evento bélico entre essas nações como por uma guerra exterior ao continente. A Argentina se opôs a esse princípio e conseguiu aprovar uma emenda que estabelecia que, em caso de guerra exterior, a consulta entre os países realizar-se-ia somente se as nações expressassem o desejo de fazê-lo. Essa emenda tornava praticamente nula a resolução e atrapalhava os planos norte-americanos de unidade continental

Ao mesmo tempo Brasil, EUA e Argentina se enfrentavam na Conferência de Buenos Aires (1935-1939), que iria estabelecer os termos do Tratado de Paz entre Bolívia e Paraguai. A análise da atuação de cada uma destas nações nos permite melhor entender o que estava em jogo: a luta dos Estados Unidos pela hegemonia sobre todo o continente, a busca do Brasil pelo predomínio na região platina em substituição à Argentina e a tentativa desta em manter sua posição e influência.

Na Conferência de Lima, em 1938, agravou-se ainda mais a tensão existente entre os dois países, já que o Ministro das Relações Exteriores da Argentina se retirou, alegando estar de licença. Segundo o secretário do Departamento de Estado norte-americano, Cordell Hull, o Ministro das Relações Exteriores da Argentina, José María Cantillo, “se opunha a que as repúblicas latino americanas debilitassem suas relações com a Europa para confiar exclusivamente na proteção dos Estados Unidos” (RAPOPORT, 1980, p. 244).

Na segunda reunião consultiva, realizada em 1940 em Havana, que estabeleceu que a agressão a qualquer país americano seria considerada uma agressão a todos, novamente as diferenças entre argentinos e norte-americanos voltaram a ser a tônica do encontro e somente a intervenção pessoal de Ortiz, presidente da Argentina, permitiu que se chegasse a um acordo.

A Argentina não só se opunha em geral às propostas norte-americanas como também não ratificava os acordos estabelecidos nas diversas conferências. Isto é, tornava cada vez mais tensas as relações entre os dois países. O que se pode perceber é que havia uma luta constante da Argentina para não permitir a hegemonia norte-americana, ao mesmo tempo que buscava tornar-se ela própria a nação mais influente na América do Sul, e dirigir a política continental. Exemplo disso foi a surpreendente proposta que fez, em 1940, de substituir a neutralidade por uma declaração de não-beligerância para com a

França e Inglaterra. A proposta, como era de se esperar, foi rejeitada pelo secretário norte-americano, Cordell Hull. A decisão norte-americana não se deveu apenas à questão interna (nesse momento a opinião pública era contrária ao envolvimento do país no conflito), mas também ao fato de querer evitar o aumento de poder político e influência da Argentina na região.

Ao mesmo tempo, além das questões políticas, a guerra iniciada na Europa, no ano anterior, começava a ter reflexos econômicos na América. A situação financeira da Argentina passava a enfrentar problemas devido ao fechamento de alguns mercados compradores de seus produtos e à política inglesa de bloquear seus saldos comerciais desfavoráveis e de ser obrigada a diminuir consideravelmente suas exportações. Isso fez com que os norte-americanos se transformassem nos principais fornecedores da Argentina que, em decorrência de seu déficit comercial, era obrigada a recorrer aos créditos daquele país. Nessas circunstâncias, parecia que o país platino passava a aceitar a situação. Em 14 de outubro de 1941 Argentina e Estados Unidos assinaram um tratado de comércio recíproco, que reduzia consideravelmente as barreiras alfandegárias, ainda que não modificasse a situação existente com relação à exportação dos principais produtos argentinos (trigo e carne) para os Estados Unidos. Portanto, o acordo era bem mais favorável aos norte-americanos. Os dois países também acertaram a ida a Washington de uma missão militar para a aquisição de material bélico (RAPOPORT, 1980, p. 246-247).

Em julho de 1941, o Departamento de Guerra norte-americano havia aprovado a “Lei de Empréstimo e Arrendamento”, que era extremamente desfavorável aos argentinos. Essa lei, que colocava material bélico à disposição de outros países, definia quatro categorias de nações que podiam dela beneficiar-se: na 1ª, onde se situavam Brasil e México, seriam proporcionadas armas para a sua defesa contra um ataque do Eixo proveniente tanto do mar como de países vizinhos e para assegurar a estabilidade interna (o caso de ataque de país vizinho era previsto para o Brasil, o que é bastante significativo, quer dizer, estava implícita a desconfiança para com a Argentina); na 2ª categoria estavam Equador, Venezuela e Colômbia, a quem seriam proporcionadas armas destinadas a rechazar um ataque menos importante do Eixo, proveniente do ultramar e para manutenção da estabilidade interna; na 3ª estavam os países da América Central, a quem seriam entregues armas apenas para o controle da

situação interna; na 4ª estavam a Argentina e os demais países americanos, e previa-se a entrega do excedente de armas que ficasse depois de abastecidas as 3 categorias anteriores. “*Como puede verse, aun antes de que se hubiera planteado el problema de la neutralidad argentina, ya Estados Unidos había definido su política armamentista com respecto a nuestro país, la cual, contrariamente a lo dispuesto para Brasil, distaba mucho de ser generosa*” (RAPOPORT, 1980, p. 247).

Conil Paz e Ferrari afirmam: “*Las entregas de armas avivaron el acendrado nacionalismo de los países sudamericanos e hicieron renacer sus viejas rivalidades*” (PAZ, FERRARI, 1964, p. 100).

Num primeiro momento, temendo colocar-se sob o controle militar dos Estados Unidos, a Argentina propôs pagar as armas solicitadas. Isso com certeza naquele momento não interessava aos norte-americanos, cujo principal objetivo de sua política para a América Latina era o estabelecimento do sistema interamericano sob sua hegemonia. Nessa situação, armar os argentinos, sem comprometê-los, seria ir contra seus próprios interesses. A entrada dos EUA na guerra e a manutenção da neutralidade por parte da Argentina deterioram completamente as relações entre os dois países, afastando toda e qualquer possibilidade de cedência de armas norte-americanas aos argentinos.

Pouco depois do ataque japonês a Pearl Harbour, no período de 15 a 27 de janeiro de 1942, realizou-se no Rio de Janeiro a Terceira Reunião Consultiva de Ministros das Relações Exteriores, onde o representante norte americano, Summer Welles, com base na resolução de Havana, propôs a ruptura coletiva de relações diplomáticas com o Eixo. Esta proposta foi rejeitada pela Argentina, que propôs e conseguiu aprovar que a ruptura fosse uma decisão de cada país. Ao contrário da maioria dos países latino-americanos, que ainda durante a Conferência foram um a um rompendo relações com o Eixo, Argentina e Chile decidiram manter a neutralidade diante do conflito.

O Brasil rompeu relações diplomáticas e comerciais com o Eixo em 28 de janeiro de 1942, “depois de obter dos Estados Unidos da América do Norte promessas consistentes de que as Forças Armadas seriam reequipadas” (CERVO, BUENO, 1992, p. 239). Nesse mesmo dia, o Paraguai também declarou o rompimento de suas relações com o Eixo. Segundo o representante paraguaio na Conferência do Rio de Janeiro, “es imperativo que el Paraguay siga haciendo

el juego a los Estados Unidos por urgentes razones de interés propio nacional (GROW, 1988, p. 94).

Dez semanas depois dessa declaração, o governo paraguaio solicitava aos Estados Unidos uma ajuda econômica da ordem de sete milhões de dólares.

De acordo com Carlos Escudé, a neutralidade argentina não era intrinsecamente pró-Eixo mas basicamente pró-britânica e anti-americana (ESCUDE, 1988, p. 2), apesar de haver grandes interesses econômicos ligando Argentina e Alemanha.

Segundo alguns autores, por exemplo, Sérgio Bagú, Albert Cina e Rapoport, a Argentina adotou a posição de neutralidade não porque tivesse em seu governo tendências nacionalistas ou pró-nazistas, como afirmava o Departamento de Estado norte-americano, mas porque recebia apoio da Grã-Bretanha, cujos interesses não se viam afetados por ela. Na verdade já estavam em jogo os interesses do pós-guerra. A posição dos argentinos bloqueava sua plena incorporação ao sistema interamericano, salvaguardando os interesses britânicos locais da competição norte-americana (RAPOPORT, 1980, p. 38-39).

Sobre os interesses ingleses na Argentina Moniz Bandeira afirma:

Durante os anos 30, a Grã-Bretanha recuperara sua supremacia quase absoluta sobre aquele país, que constituía importante fonte de abastecimento de carnes, couros e cereais. O que lhe convinha, portanto, era conservar a Argentina em posição de neutralidade, como forma de não expor o transporte de *foodstuffs* para Londres à represália dos submarinos de Hitler, bem como defender seus investimentos naquele país e o conservar como mercado, ao término da guerra. O interesse da Grã-Bretanha naquele momento coincidia com o do inimigo, a Alemanha – que também mantinha fortes conexões com a Argentina e não as queria perder, e isolar-se, completamente, de toda a América Latina. Mas divergia dos objetivos econômicos e políticos dos Estados Unidos, empenhados em impedir fraturas no sistema pan-americano e submeter a recalcitrante Argentina à sua hegemonia, o que possibilitaria a liquidação do último reduto, no continente, ainda sob forte influência européia (BANDEIRA. 1993, p. 32-33).

Diante desta posição que contrariava seus interesses, os Estados Unidos tomaram algumas medidas para forçar uma mudança na política argentina. A primeira foi rechaçar toda proposta argentina de beneficiar-se da Lei de Empréstimo e Arrendamento, para obter armas. Depois recorreu a pressões diplomáticas e econômicas permanentes. Ao mesmo tempo, o Brasil, que declarara

guerra ao Eixo em 22 de agosto de 1942, passava a receber grande ajuda militar e financeira que lhe permitiu aumentar consideravelmente seu poder bélico e dar início à instalação da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento de seu processo de industrialização. O fortalecimento brasileiro nestas duas áreas foi decisivo para a alteração do equilíbrio regional.

O historiador norte americano Joseph A. Tulchin, analisando as relações entre Argentina e Estados Unidos durante a Segunda Guerra, argumenta:

*Los dos países estaban inmersos en una penosa situación en la cual mientras más presionaban los Estados Unidos, más resistía la Argentina. Hull y la mayoría de los integrantes del gobierno de los Estados Unidos no podían comprender por qué Argentina (Chile) no se alineaban automáticamente con los Estados Unidos y no participaban en el esfuerzo bélico. La independencia de acción simplemente no se consideraba una opción legítima. ...Cualquier manifestación que no demostrara un apoyo total era considerada como hostilidad y se manejaría como tal. ...los argentinos veían la situación en términos muy diferentes. La presión por parte de los Estados Unidos era considerada inaceptable, y cualquier gobierno que pareciera someterse a tal presión era vulnerable a una presión política intensa e inmediata (TULCHIN, 1990, p. 189).*

O aumento do poder militar brasileiro preocupava profundamente a Argentina, principalmente os setores militares, impregnados dos conceitos de geopolítica. Como os Estados Unidos se negavam a ceder-lhe armamento, a Argentina, em agosto de 1942, através do Ministério da Guerra e do Ministério da Marinha, decidiu intensificar as gestões iniciadas poucos meses antes junto à Alemanha, para que esta lhe subministrasse o armamento desejado. Também o agregado naval italiano foi consultado sobre o mesmo assunto. Mas a aquisição desse material não foi possível pois a Alemanha, em meio à guerra, não podia ou não queria armar os argentinos (MUÑOZ, 1992, p. 150). Essas negociações, que acabaram sendo do conhecimento dos Estados Unidos, deram mais argumentos para que acusassem a política argentina, piorando ainda mais as relações entre os dois países.

Em janeiro de 1943, o Chile abandonou a política de neutralidade e rompeu relações com o Eixo, ficando no continente apenas a Argentina a manter relações com a Alemanha, Itália e Japão. Para os Estados Unidos, especialmente para o seu Chefe do Departamento de Estado, Cordell Hull, era impossível aceitar as decisões do país platino. Não tendo alcançado os resultados

desejados, em janeiro de 1943 o Departamento de Estado enviou um memorandum a todas as nações americanas denunciando a “beligerância argentina”, que colocava em perigo as demais nações do continente e recorreu ao Comitê Interamericano, sediado em Montevidéu, apresentando as exigências de seu governo contra ela. Além da pressão diplomática, os Estados Unidos da América do Norte passaram também a exercer pressão econômica, estabelecendo um sistema de controle sobre suas exportações para a Argentina.

No afã de submeter a Argentina, o Departamento de Estado não levava em conta que, apesar de manter a neutralidade, o governo argentino tinha tomado algumas medidas para restringir as atividades pró-Eixo. Em novembro de 1942 havia proibido a transmissão de informes por códigos, criado zonas militares ao redor dos portos, ordenado o registro de todo pessoal vinculado as atividades marítimas, prendido trinta e oito pessoas suspeitas de serem espiões nazistas e autorizado a realização de um ato público em homenagem ao presidente Roosevelt (MUÑOZ, 1992, p. 155). A decisão norte-americana de denunciar a Argentina ao Comitê Interamericano indignou o governo argentino ao invés de intimidá-lo, pois este considerava que os Estados Unidos não estavam respeitando o direito de autodeterminação. As decisões tomadas pelos dois países levavam, cada vez mais, ao agravamento dos atritos e distanciamento entre eles.

Em 4 de junho de 1943, ocorreu um golpe de Estado na Argentina e os militares assumiram o poder, declarando que estavam dispostos a respeitar todos os pactos existentes e dar impulso à política de solidariedade americana. Seu principal objetivo era a reafirmação da supremacia militar argentina na região. Para isso precisavam de armas modernas e a aproximação com os Estados Unidos era a única maneira de obter o equipamento necessário (TULCHIN, 1990, p. 191). O novo governo foi reconhecido pelo Brasil, Chile, Paraguai e Bolívia em 10 de junho e pelos Estados Unidos, Inglaterra e demais nações americanas no dia seguinte.

Na declaração de reconhecimento do novo governo, o chefe do Departamento de Estado, Cordell Hull, afirmava que essa era uma atitude de rotina e que ela havia sido tomada considerando as intenções expressas pelos militares que haviam tomado o poder. Poucos dias depois foi apresentada ao novo governo argentino uma série de medidas que deveriam ser tomadas para que os

Estados Unidos considerassem como verdadeiras aquelas intenções. Essas medidas eram: ruptura das relações diplomáticas e econômicas com os países do Eixo; corte de telecomunicações com o Eixo; controle das atividades consideradas subversivas; plano para evitar o envio de materiais e fundos para o Eixo; controle efetivo das rádios clandestinas e da propaganda pela imprensa e rádio; fiscalização da aviação comercial e civil; controle dos fundos estrangeiros; não-comercialização com as empresas incluídas na chamada “lista negra”; cooperação marítima com os aliados; conclusão das negociações petrolíferas pendentes.

Essas exigências não foram acatadas pelo governo argentino, que adotou apenas algumas delas, como por exemplo, a proibição de transmissão de mensagens cifradas nas comunicações internacionais. Em fins de julho as embaixadas dos Estados Unidos, Canadá e Grã-Bretanha comunicaram à chancelaria argentina que as Nações Unidas não veriam com agrado que países neutros dessem asilo aos criminosos de guerra. A diplomacia argentina respondeu, em fins de agosto, que o governo se reservava o direito de decidir sobre a procedência de asilo em cada caso, tendo em conta a característica dos crimes (MUÑOZ, 1992, p. 228).

Como a Argentina não rompesse relações com o Eixo, a diplomacia norte-americana passou a considerar o regime militar uma ditadura “nazi-nacionalista” e antiamericana, que buscava formar um bloco contrário aos EUA no sul do continente, tendo o país se convertido no centro das atividades nazistas na América Latina. Quando, em dezembro, um golpe de Estado na Bolívia derrubou o governo pró-Estados Unidos, o Departamento acusou o governo argentino de ter apoiado o movimento. A pressão norte-americana tornava-se cada vez mais intensa. Em janeiro, o presidente Ramírez tomou conhecimento de que o governo norte-americano entregaria para a imprensa a cópia de um memorandum confidencial preparado pelo Departamento de Estado, que detalhava a participação do governo argentino no golpe ocorrido na Bolívia. E que seriam adotadas severas sanções econômicas, entre as quais se destacava o congelamento dos saldos favoráveis à Argentina, depositados nos Estados Unidos. Essas ameaças, se efetivadas, colocariam a Argentina em uma situação extremamente difícil. Além dos problemas que seriam gerados pelo bloqueio dos saldos, a denúncia de cumplicidade no golpe boliviano afetaria a ima-

gem e prestígio do país diante do restante da América, debilitando ainda mais sua precária situação com a acusação de ter intervindo em assuntos internos daquele país.

Em 26 de janeiro de 1944 o presidente argentino, para evitar a publicação do memorandum preparado pelo Departamento de Estado, decidiu romper relações diplomáticas com a Alemanha, Itália e Japão. Deu-se como justificativa para tal decisão a descoberta de uma rede de espionagem no país. Apesar do rompimento das relações com os países do Eixo, a política do Departamento de Estado não foi alterada.

No mês seguinte, Ramírez foi substituído por Farrell na presidência do país. E os EUA e demais países americanos, invocando a Doutrina Guani, não reconheceram o novo governo, pois o consideraram resultante de golpe, apesar de oficialmente Ramírez ter renunciado<sup>2</sup>. Ao mesmo tempo os Estados Unidos intensificaram suas pressões políticas e econômicas e se empenharam para que a Grã-Bretanha e o Brasil as reforçassem. Nesse mesmo mês de fevereiro de 1944, provavelmente para intimidar os militares argentinos, rumores de que navios brasileiros e norte-americanos entravam no Rio da Prata espalharam-se em Buenos Aires. Poucas semanas depois, sob o pretexto de uma viagem que Roosevelt insistia em fazer ao Uruguai, a esquadra do Atlântico Sul, formada por navios brasileiros e norte-americanos, aproximava-se de Buenos Aires e ancorava em Montevideú. Bandeira afirma que o objetivo do almirante Ingran, comandante da esquadra, não era apenas intimidar os argentinos mas bloquear o Rio da Prata, o que precipitaria o conflito armado, forçando o Brasil a invadir a Argentina (BANDEIRA, 1993, p. 34).

Em 4 de março, sob a alegação de que Ramírez fora afastado do poder por um grupo contrário aos interesses interamericanos, os Estados Unidos suspenderam as relações diplomáticas com a Argentina e o Departamento de Estado iniciou gestões para que os demais países fizessem o mesmo. Apenas Bolívia, Chile e Paraguai mantiveram normalmente suas relações com o governo de Farrell. No dia 8 de março, a Grã-Bretanha declarou que manteria apenas relações de rotina até que se esclarecesse a situação do governo. As atitu-

---

<sup>2</sup> É significativo observar que ao mesmo tempo os Estados Unidos intensificavam suas relações com o Estado Novo, ditadura imposta por Vargas ao Brasil, através de golpe em 1937.

des do governo norte-americano permitem concluir que a questão de fundo dos atritos entre os dois países não era a política de neutralidade mantida pela Argentina, e que o não reconhecimento do governo Farrell não se devia à defesa dos princípios da democracia formal. Na verdade, a política e atos norte-americanos eram ditados pelo desejo de submeter o país recalcitrante aos quadros de seu sistema de poder e afastar um governo que se mostrava contrário a isso.

Em 10 de junho (quatro dias depois dos aliados terem desembarcado na Normandia) Perón proferiu uma conferência sobre “Defesa nacional” na Universidade de la Plata, com um tom francamente nacionalista que refletia as preocupações dos militares frente ao crescimento do potencial de guerra brasileiro e que desagradou profundamente aos aliados, especialmente aos Estados Unidos. Em linhas gerais, expressava que, para a Argentina, não havia diferença entre a vitória dos aliados ou do Eixo. Que logo haveria confrontos entre os aliados e que a Argentina só alcançaria seus objetivos através de uma diplomacia vigorosa (respaldada por um poder militar e um governo que exercesse o total domínio sobre a vida da nação) e que o rearmamento militar devia ser o objetivo de toda a economia do país e a vida de todos seus habitantes.

Poucos dias depois, em 22 de junho de 1944, o governo norte-americano, numa atitude extrema para coagir a Argentina, decidiu romper relações com ela. Seu embaixador foi chamado de volta a Washington e o Departamento de Estado enviou um memorandum aos demais governos americanos em que afirmava que a Argentina havia prestado notória e aberta ajuda aos inimigos declarados das Nações Unidas. Informava a retirada de seu embaixador de Buenos Aires e solicitava que as demais nações fizessem o mesmo, no que evidentemente foi atendido, com exceção da Bolívia, Paraguai e Chile.

Para o sucesso do plano de coerção era preciso o apoio da Grã-Bretanha; esta, no início, resistiu à idéia de romper relações com sua tradicional aliada, porém a sua situação na guerra a obrigou a tal decisão. O governo de Farrell, através de sua chancelaria, procurou reverter a situação enviando, por intermédio do encarregado de negócios chileno em Washington, documento em que procurava demonstrar que havia cumprido com todas suas obrigações internacionais. Em 26 de julho, o Departamento emitiu uma declaração denominada “Não reconhecimento da Argentina”. Ao tomar conhecimento do teor dessa declaração, o governo argentino chamou de volta seu embaixador, que ainda se

encontrava na capital norte-americana. A seguir os Estados Unidos da América do Norte decidiram: congelar um fundo argentino de 400 milhões de dólares em ouro depositado em Washington; reduzir consideravelmente suas exportações para a Argentina; cancelar as licenças para a exportação de máquinas de aço, peças de reposição tanto para a indústria como para as ferrovias, produtos químicos e equipamentos para petróleo, ferro, aço, carvão etc.; proibir os barcos norte-americanos de ancorarem nos portos argentinos e pressionar a Inglaterra para que também diminuísse seu comércio com o país platino.

A Argentina passou então a enfrentar, além do isolamento diplomático que a excluía de todas as conferências para tratar da guerra e do pós-guerra, o bloqueio econômico que impedia o crescimento de seu parque industrial. Apesar do grande acúmulo de reservas adquiridas durante a guerra, pois ela fora uma das maiores provedoras de alimentos dos aliados, não conseguiu instalar indústria de base. Um documento de 3 de fevereiro de 1945, sobre a política de exportação dos Estados Unidos para a Argentina, estabelecia que deveriam ser mantidos os níveis de exportação de capitais. Que era essencial não permitir a expansão da indústria pesada na Argentina (ESCUDE, 1988, p. 13).

A situação diplomática só mudou no início de 1945, quando a Argentina assinou a Ata de Chapultepec, em abril de 1945, e declarou guerra ao Eixo. Com isso restabeleceu suas relações com todos os países americanos e com a Grã-Bretanha, obteve o direito de participar da Conferência das Nações Unidas e os EUA se comprometeram a abandonar sua atitude coercitiva, suspendendo todas as medidas restritivas ao comércio e à ajuda militar.

Contribuíram para a mudança da política dos Estados Unidos a substituição dos responsáveis pelo Departamento de Estado, o fato de que a política até então adotada não dera os resultados esperados, a crescente oposição das nações latino-americanas contra a pressão exercida sobre a Argentina, os interesses norte-americanos na Conferência que iria fundar as Nações Unidas e os interesses econômicos da sua indústria.

Para a tomada de decisão da Argentina, teve papel de destaque o isolamento em que o país se encontrava, apesar de os Estados Unidos não terem conseguido a unanimidade continental, a situação era extremamente difícil. Mas, provavelmente, a causa determinante foi a ameaça de ficar totalmente afastada das negociações do pós-guerra. Nesse momento a guerra já estava pratica-

mente vencida pelos aliados e na Conferência de Ialta a União Soviética se opôs, veementemente, a que países que não haviam declarado guerra ao Eixo participassem da Conferência de São Francisco, que iria fundar a Organização das Nações Unidas. Se isso não agradava à Argentina, também não agradava aos Estados Unidos, para quem era importante a participação de todos os países americanos, evidentemente sob sua liderança. Assim o Departamento de Estado, através de Rockefeller, empenhou-se para a distensão nas relações entre os dois países, contando para isso com a boa vontade de Perón. Venceu nesse momento uma visão pragmática de política exterior.

Mas a reconciliação durou pouco tempo. Ainda durante a Conferência de São Francisco, teve início na imprensa norte-americana uma campanha anti-Argentina, acusando seu governo de fascista. A chegada do novo embaixador a Buenos Aires, Spruille Braden, marcou o retorno à política de pressão sobre o governo argentino. Os acordos assinados foram anulados e Braden convenceu o subsecretário Rockefeller a cancelar um embarque de armas autorizado pela “Lei de Empréstimo e Arrendamento”. Em 29 de maio, Washington anunciava que nenhum tipo de equipamento militar seria enviado à Argentina, enquanto esta não cumprisse os compromissos contraídos na Conferência de Chapultepec. A Argentina, por sua vez, afirmava que vinha cumprindo tais acordos, tendo inclusive anunciado eleições para fevereiro do ano seguinte.

Enquanto esteve em Buenos Aires, Braden se converteu em líder da oposição ao governo militar, imiscuindo-se inclusive na campanha presidencial que no segundo semestre de 1945 se desenrolava. O embaixador norte-americano considerava como sua missão derrotar o governo militar. A atuação de Braden acabou contribuindo para a vitória de Perón, em fevereiro de 1946, na sua visão o pior inimigo dos Estados Unidos. O grande mote da campanha peronista foi o slogan “Braden ou Perón”, suscitando o fervor nacionalista. Frente à atuação de Braden em apoio à oposição, Perón aparecia como o grande defensor da soberania nacional contra a interferência estrangeira. A vitória eleitoral significou também a vitória de Perón sobre a política de pressão norte-americana e deu-lhe prestígio na América Latina.

No dia seguinte à sua posse como presidente eleito da Argentina, restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética, num momento em que se agudizavam as contradições entre aquele país e os Estados Unidos. Procurava,

dessa forma, aumentar seu poder de barganha nas negociações com o governo norte-americano e com o próprio sistema interamericano. Ao mesmo tempo, procurou mais uma vez adquirir armamentos nos Estados Unidos. E novamente teve a negociação condicionada ao cumprimento de todas as resoluções da Ata de Chapultepec. Diante das condições impostas pela única nação que naquele momento tinha condições de satisfazer às necessidades argentinas, Perón fez pronunciamentos afirmando que, se houvesse algum conflito, a Argentina se alinharia aos Estados Unidos. Em seguida conseguiu que o Congresso aprovasse os acordos de Chapultepec e de São Francisco e, dando cumprimento às obrigações assumidas naquelas Conferências, em 24 de janeiro decretou a expropriação de empresas e outros bens de alemães e japoneses e em 23 de maio de 1947 anunciou novas deportações de agentes nazistas, habilitando-se assim para participar da Conferência do Rio de Janeiro.

Paz e Ferrari afirmam que o objetivo norte-americano, perseguido há tanto tempo, estava quase alcançado, tendo a Argentina chegado à Conferência do Rio de Janeiro em 1947 – que iria estabelecer o TIAR, Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – enfraquecida. Com um poder de negociação visivelmente diminuído, sem condições de reassumir sua típica atitude desafiante no concerto das nações, foi derrotada em quase todas as suas proposições que conflitavam com posições defendidas pelos Estados Unidos.

Mas, no campo econômico, a situação parecia ser melhor. A Argentina terminara a guerra com uma grande reserva cambial e como possível provedora de alimentos para a Europa, o que lhe proporcionaria grandes negócios. Porém, as coisas não correram como imaginava seu governo. Os Estados Unidos continuaram em seu propósito de enquadrá-la totalmente no sistema interamericano, sob sua hegemonia. O Plano Marshall, instituído em 1947, foi uma ótima oportunidade. Uma de suas cláusulas proibia os países beneficiários de comprar de outro país produtos que pudessem ser obtidos a preços menores nos Estados Unidos. Com as excelentes safras obtidas em 1948, reduziram-se drasticamente as compras de produtos da Argentina, que praticava preços mais elevados. Ao mesmo tempo, Washington pressionava a Argentina a praticar os preços mundiais, acusando-a de querer se beneficiar do difícil momento que vivia a Europa. Perón justificava os preços, alegando as altas cotações dos produtos industrializados que era obrigado a importar dos Estados Unidos, além

de acusar esse país de elevar artificialmente os preços praticados com a Argentina.

Perón, desde o início de seu governo, não esteve disposto a se aliar incondicionalmente aos Estados Unidos, mas também não desejava se aproximar demais da União Soviética. A decisão de cumprir as deliberações das Conferências e reatar rapidamente as relações com a União Soviética foi tomada para evitar um novo isolamento no continente e para aumentar seu poder de barganha. Acreditava que era possível uma outra saída, que era possível não fazer parte de nenhum dos blocos e tirar proveito da disputa leste/oeste. Sua política externa propunha a formação de uma comunidade econômica independente que poderia fazer a mediação entre os dois blocos. Defendia uma política de não-alinhamento na “Guerra Fria” e de equidistância entre os dois blocos, embora afirmasse que, no caso de conflito armado, a Argentina ficaria ao lado dos Estados Unidos, o que provavelmente era verdade, uma vez que pessoalmente era anticomunista.

Essa orientação política, chamada “Terceira Posição”, tinha por base sua própria doutrina, denominada *justicialista*. Evidentemente, essa proposta política de Perón ia contra os interesses norte-americanos mas ele a defendeu e tentou implementá-la durante todo seu governo. Para o historiador norte-americano Joseph Tulchin, a terceira posição era um fator de perturbação para o governo de seu país, apesar de considerá-la em grande parte apenas retórica (TULCHIN, 1990, p. 215).

As relações entre os dois países continuaram sendo conflitivas até o total enquadramento da Argentina no sistema interamericano, quer dizer a sua total submissão aos interesses norte-americanos. De forma encoberta continuou o boicote econômico (com a participação da Argentina nas Conferências latino-americanas, oficialmente havia terminado o bloqueio econômico), como represália à política econômica adotada por Perón. Tal política consistia na nacionalização do Banco Central e do sistema de crédito, no controle do câmbio, no monopólio estatal do comércio exterior e no congelamento dos fundos provenientes de ganho de investimentos norte-americanos na Argentina. Essa política econômica confrontava-se com a orientação dos Estados Unidos, que defendiam o aumento do comércio exterior; a liberdade para a iniciativa privada; o comércio multilateral; a eliminação de preferências; a política comercial

estável e a cooperação internacional. Na Conferência de Havana, realizada de 21 de novembro de 1947 até 24 de março de 1948, a delegação argentina denunciou a proposta norte-americana de redução das barreiras alfandegárias, afirmando que com ela os Estados Unidos tentavam impedir a industrialização dos países subdesenvolvidos. Argentina e Polônia não assinaram a Carta de Havana.

Ao mesmo tempo a Argentina enfrentava um sério problema de falta de dólares para a realização de seu comércio exterior, proveniente dos gastos com importações, pois, ao contrário do Brasil, a Argentina, em parte como consequência do boicote econômico, não conseguiu dar início à sua indústria de base, permanecendo dependente de importações que demandavam grande quantidade de bens de capital. Além disso, os Estados Unidos mantinham congelados os fundos argentinos e a Grã-Bretanha, em 1947, decretou a inconvertibilidade da libra. Para enfrentar essa situação, Perón assinou acordos comerciais com a Grã-Bretanha, o Paraguai, a Bolívia e o Chile, com base no princípio de comércio compensado. Mas isso não bastava, começava a se colocar a necessidade de financiamentos externos. A situação econômica do país platino tornou-se mais dramática em 1948, quando o governo dos Estados Unidos proibiu a compra de produtos argentinos com os dólares provenientes do Plano Marshall.

Nessa situação Perón, em 1949, viu-se obrigado a solicitar empréstimo dos Estados Unidos através do Eximbank. O Departamento de Estado viu nessa solicitação a possibilidade de obrigar a Argentina a ratificar o Tratado do Rio (TIAR). Um ano depois o empréstimo foi concedido e o Tratado ratificado. Pelo acordo assinado, a Argentina recebeu 125 milhões de dólares, que serviram para pagar parte de sua dívida com os próprios Estados Unidos. Em fins da década de 40 e início da de 50, os Estados Unidos tiveram excelentes safras e as economias européias começaram a se recuperar, ao mesmo tempo que a Argentina enfrentava uma grande redução de sua produção agrícola, o que fez com que perdesse grande parte de seu mercado europeu para os Estados Unidos. Nessa mesma época eles já haviam se tornado o principal cliente da Argentina, sendo compradores de um quarto de suas exportações e vendendo-lhe dez vezes mais do que lhe vendiam antes da guerra. A situação econômica da Argentina tornava-se cada vez mais difícil, o que dificultava a tentativa de manutenção de uma política externa independente do sistema interamericano.

A alternativa estava no incremento das relações comerciais com a União Soviética, mas não só a Argentina era anticomunista como também o era o próprio Perón, o que inviabilizava essa possibilidade.

Apesar dos problemas econômicos e em consequência deles a Argentina ter que recorrer à ajuda financeira norte-americana, a orientação de sua política externa continuava a ser a mesma, não tendo desistido da formação de uma união aduaneira na América Latina a partir da união da Argentina, Chile e Brasil. Em 1953 propôs novamente o Pacto ABC, logo após ter assinado um acordo com o Chile, denominado Ata de Santiago.

No início desse mesmo ano, respondendo a uma carta de Vargas, Perón afirmava que tanto ele como Ibañez desejavam assinar acordo com o Brasil, pois acreditavam que era necessária essa união diante de um futuro incerto, e estavam “persuadidos de que o ano 2000 nos encontrará unidos ou dominados” (BANDEIRA, 1993, p. 79). Ainda no ano de 1953, considerando suas economias complementares, assinou com o Paraguai um convênio de unificação econômica denominado “Convênio de União Econômica Paraguai-Argentina”. Porém o pacto ABC não se concretizou, pois além de Vargas enfrentar grande oposição e problemas internos, o Brasil mantinha estreitas relações com os Estados Unidos e tinha interesses próprios na região. O Itamarati viu com grande preocupação a assinatura do convênio entre Argentina e Paraguai. Sobre esse acordo escreveu o embaixador brasileiro em Assunção: “com efeito a Argentina conseguiu, com a realização daquele acordo, restabelecer de uma forma aumentada, a sua influência econômica e política sobre o Paraguai” (MORAES, 1996, p. 111). Além do Paraguai, Equador, Nicarágua e Bolívia aderiram à Ata de Santiago visando à união aduaneira. Na Conferência de Caracas, realizada em 1954, a Argentina manteve sua posição com referência ao sistema interamericano e se absteve de votar moção apresentada pelos Estados Unidos contra a Guatemala, acusada de introduzir o comunismo na América.

Mas já não era mais possível evitar o predomínio norte-americano. Além dos problemas econômicos Perón enfrentava forte oposição interna e não podia mais contar com sua tradicional aliada – a Grã-Bretanha, envolvida com sua própria recuperação. Os Estados Unidos já se transformaram no principal fornecedor da Argentina e um dos seus principais compradores, tendo, em 1952, absorvido cerca de 26% do total de suas exportações. Ao mesmo tempo,

o governo argentino se viu obrigado a melhorar as condições para investimentos externos e negociar, com a *Standard Oil* da Califórnia, a *Standard Oil of New Jersey*, a *Royal Dutch Shell* e a *Atlas-Dresses*, contratos para a exploração de petróleo do país. Nesse momento, “os investimentos norte-americanos, pela primeira vez, superaram os britânicos na Argentina, que caiu em completa dependência dos Estados Unidos, dependência maior que a do Brasil, porque nem sequer conseguira implantar uma forte indústria pesada” (BANDEIRA, 1993, p. 69).

Em setembro de 1955, Perón foi deposto e com isso abandonada a política externa defendida por ele, apesar de o general Eduardo Lonardi, que liderou o golpe contra ele, defender a manutenção de uma posição independente nas Nações Unidas e na Organização dos Estados Americanos. A queda de Perón foi vista com alívio pelos Estados Unidos, que “*respondieran al nuevo gobierno de manera constructiva y com gran generosidad*” (TULCHIN, 1990, p. 221). Logo após assumir o poder, o governo provisório ratificou a Carta da OEA e aderiu ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional, de quem recebeu uma linha de crédito no valor de 75 milhões de dólares. Além disso, entre 1955 e 1958 recebeu dos Estados Unidos um empréstimo de 150 milhões de dólares (100 milhões do Eximbank e 50 milhões de bancos privados) e um crédito de 30 milhões de dólares da *Standard Oil of Califórnia*.

Finalmente a Argentina estava totalmente submetida e consolidado, sem fissuras, o sistema de poder na América sob a total hegemonia dos Estados Unidos. Mas a unanimidade não duraria muito tempo. Em 1960 Cuba fez sua revolução, mantendo-se até hoje independente dos Estados Unidos, apesar dos quase 40 anos de bloqueio econômico a que tem sido submetida por aquele país.

### Referências Bibliográficas

- BANDEIRA, Moniz. *Estado Nacional e política internacional na América Latina*. Brasília : EdUnb : Ed. Ensaio, 1993.
- CERVO, Amado Luiz, BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo : Ática, 1992.
- ESCUDE, Carlos. *El boicot norteamericano a la Argentina en la década del 40*. Buenos Aires : Centro Editor de América Latina, 1988.

- GROW, Michael. *Los Estados Unidos y el Paraguay durante la Segunda Guerra Mundial*. Asunción : Editorial Histórica, 1988.
- MORAES, Ceres. *Paraguai : a consolidação da ditadura de Stroessner*. Porto Alegre, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – PUC/RS.
- MUÑOZ, José R. Sanchis. *La Argentina y la Segunda Guerra Mundial*. Buenos Aires : Grupo Editor Latinoamericano, 1992.
- PAZ, Alberto Conil, FERRARI, Gustavo. *Política exterior argentina*. Buenos Aires : Editorial Uemul, 1964.
- RAPOPORT, Mario. *Gran Bretaña, Estados Unidos y las clases dirigentes argentinas : 1940-1945*. Buenos Aires : Editorial Belgrano, 1980.
- SILVEIRA, Hélder. V. Gordim da. *Argentina e Brasil frente à Questão do Chaco : a supremacia na América do Sul em jogo*. Porto Alegre, 1990. 199p. Dissertação (Mestrado em História) – PUC/RS.
- TULCHIN, Joseph A. *La Argentina y los Estados Unidos*. Buenos Aires : Planeta, 1990.

